

**“NÚCLEO DE EXTENSÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL SERTÃO SÃO FRANCISCO-PE:
IMPLANTAÇÃO, DESAFIOS, CONQUISTAS E
PERSPECTIVAS”**



**EVA MONICA SARMENTO DA SILVA
FLAVIANE M^a FLORENCIO MONTEIRO SILVA
LÚCIA MARISY SOUZA DE OLIVEIRA RIBEIRO**

**JUAZEIRO
2018**

EVA MONICA SARMENTO DA SILVA
FLAVIANE M^a FLORENCIO MONTEIRO SILVA
LÚCIA MARISY SOUZA DE OLIVEIRA RIBEIRO
(Organizadores)

**“NÚCLEO DE EXTENSÃO EM
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SERTÃO
SÃO FRANCISCO-PE: IMPLANTAÇÃO,
DESAFIOS, CONQUISTAS E PERSPECTIVAS”**

UNIVASF

EVA MONICA SARMENTO DA SILVA
FLAVIANE M^a FLORENCIO MONTEIRO SILVA
LÚCIA MARISY SOUZA DE OLIVEIRA RIBEIRO
(Organizadores)

**“NÚCLEO DE EXTENSÃO EM
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SERTÃO
SÃO FRANCISCO-PE: IMPLANTAÇÃO,
DESAFIOS, CONQUISTAS E PERSPECTIVAS”**

UNIVASF
JUAZEIRO
2018

Copyright © 2018

Editora UNIVASF

Diagramação e Capa: Flaviane M^a Florêncio Monteiro Silva

CIP - Brasil - Catalogação na Fonte

N964 Núcleo de extensão em desenvolvimento territorial Sertão São Francisco-PE: implantação, conquistas e perspectiva / Organizado por Eva Mônica Sarmento da Silva, Flaviane M^a Florêncio Monteiro da Silva, Lúcia Marisy S. de Oliveira Ribeiro.- UNIVASF: Petrolina, 2019.

73 f.: il.: 29 cm.

ISBN: 978-85-5322-036-6

1. Desenvolvimento territorial – Sertão São Francisco(PE). 2. NEDET. 3. Agricultura. I. Título. II. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 338.9

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário: Fabio Oliveira Lima
CRB-4/2097.

DIREITOS RESERVADOS

É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem a autorização prévia e por escrito dos autores. A violação dos Direitos Autorais (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

COLABORADORES

*Equipe NEDET Território Sertão São Francisco
Pernambuco-UNIVASF*

Alexandre Gavira Marques

Assessor Territorial de Inclusão Produtiva

Danielle Morais Amorim

Assessor Territorial de Inclusão Produtiva

Francisco Assis Filho

Assessor Territorial de Inclusão Produtiva

Lígia Anny Alves de Carvalho Farias

Assessor Territorial de Gestão Social

Ruth Morais N. Amorim

Assessor Territorial de Gênero

Xenusa Pereira Nunes

Assessor Territorial de Gênero

APRESENTAÇÃO

O livro “Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial Sertão São Francisco-PE: Implantação, Desafios, Conquistas e Perspectivas” foi um produto da dissertação do Mestrado em Extensão Rural, cujo tema relata sobre o fortalecimento da Política de Desenvolvimento Territorial, através da criação e implantação do NEDET (Núcleo de Extensão em Desenvolvimento), ligada a Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Os NEDETs, atuaram como assessores dos Colegiados Territoriais (CODETERs), desenvolvendo, junto a estes, ações de extensão e pesquisa, permitindo o monitoramento de políticas públicas, criadas para promover o desenvolvimento dos Territórios Rurais e da Cidadania superando as desigualdades no meio rural.

No livro serão apresentadas experiências, pesquisas e ações desenvolvidas a partir do projeto: “Implantação e Manutenção de Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial: Território – a nova concepção de desenvolvimento sustentável para o semiárido”, atendendo a chamada CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014, sendo um importante registro para a produção de conhecimento sobre a atuação e contribuições dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial.

Eva Monica Sarmiento da Silva

SUMÁRIO

I Parte – Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil

A política de Desenvolvimento Territorial no Brasil:
Programa Territórios da Cidadania..... 8

Implantação dos Núcleos de Extensão em
Desenvolvimento Territorial nas Universidades Públicas
do Brasil16

II Parte – Território Sertão São Francisco Pernambuco

Território Sertão São Francisco-PE: Características e
potencialidades..... 21

Gestão Social do Colegiado Territorial Sertão São
Francisco-PE:..... 35

III Parte – A contribuição do NEDET na Política do Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil

Experiências do Núcleo de Extensão em
Desenvolvimento Territorial no Território Sertão São
Francisco PE: Desafios e Conquistas (2015-2017)
..... 43

Perspectivas futuras para o Núcleo de Extensão em
Desenvolvimento Territorial Sertão São Francisco-
PE..... 65

Consideração Finais 67

Referências 68

I PARTE
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
RURAL NO BRASIL

A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO BRASIL E O PROGRAMA DE TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

Introdução

Um dos principais desafios da sociedade brasileira é banir a fome e a miséria deste país, sobretudo nas regiões rurais do nordeste brasileiro onde as condições edafoclimáticas predispõe esta região ao subdesenvolvimento e ao êxodo.

As políticas públicas implementadas nas últimas décadas para promoção do desenvolvimento rural no Brasil, ou foram insuficientes, ou não pretendiam proporcionar melhorias substanciais na qualidade de vida das populações, fato evidenciado pelo aumento da pobreza e a persistência das desigualdades regionais, setoriais, sociais e econômicas, havendo necessidade do Brasil alterar efetivamente os velhos paradigmas orientados para a concentração da renda e exploração dos recursos naturais.

Na perspectiva de um Desenvolvimento Rural Sustentável deve-se buscar modelos de desenvolvimento que promovessem transformações importantes na sociedade, com o estabelecimento de padrões de desenvolvimento sustentáveis em todos os setores e democraticamente conduzidos.

Nas duas últimas décadas políticas públicas destinadas ao mundo rural tem se consolidado na ótica da abordagem do desenvolvimento territorial (LUNAS, 2018)

e o Governo Federal, a partir de 2003, passa a adotar um recorte Territorial para articulação destas políticas (DELGADO; LEITE, 2015) objetivando, entre outros fatores, evitar a setorização das políticas públicas destinadas ao meio rural e permitir que os atores sociais pudessem protagonizar o debate, articular e monitorar a execução dessas políticas através dos Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETERs) que são as importantes instâncias Territoriais formadas por representantes dos municípios que compõe o Território (SILVA et. Al., 2017).

O Território, passa portanto, a ser uma estratégia para a discussão e a construção do desenvolvimento rural, caracterizado como um processo de inclusão produtiva, via articulação de políticas públicas destinadas ao meio rural, e considerado como um espaço que vai além da delimitação geográfica, devendo colocar em evidência a participação social e a intersectorialidade na estruturação, no desempenho e na proposição de políticas públicas (MDA, 2015).

No meio rural, as políticas agrícolas que visam o desenvolvimento da agricultura familiar é então fortalecida com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) junto ao MDA em 2003, cujo objetivo era criar e operacionalizar políticas territoriais para o desenvolvimento rural de forma sustentável no Brasil (DELGADO; LEITE, 2015).

As políticas públicas implementadas pelo MDA passam incentivar a autonomia dos atores locais e a apropriação das políticas públicas condizentes com a realidade do território, passando-se a promover o protagonismo dos atores sociais para a governança do

desenvolvimento de seus Territórios, como também potencializar os impactos e os resultados obtidos através da política territorial. Essas ações foram incentivadas pela SDT, principalmente com a criação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) e do Programa Territórios da Cidadania (PTC), consolidando a abordagem territorial (DELGADO; LEITE ,2015).

No Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) foram criados os Territórios Rurais pelo Governo Federal para permitir o planejamento participativo de ações governamentais para o desenvolvimento sustentável de regiões de todo Brasil, servindo como espaço de articulação e gestão de políticas públicas que surgiram da necessidade de se adotarem estratégias inovadoras para enfrentar os principais problemas que atingem regiões e grupos sociais do país (DELGADO; LEITE ,2015).

De semelhante importância social foi criado o Programa Territórios da Cidadania (PTC), em 2008, sendo considerado uma política pública que objetivava a superação da pobreza a partir da geração de trabalho e renda, demandando ações nas áreas de educação, cultura, desenvolvimento produtivo, direitos e cidadania, com três áreas de ações principais relacionadas a projetos voltados ao apoio as atividades produtivas; cidadania e direitos e Infraestrutura (KNOREK et al., 2015).

O PTC visou melhorar a qualidade de vida dos cidadãos por meio de ações que permitissem a participação social no planejamento e realização de projetos que promovessem a diminuição da desigualdade social, incluísse produtivamente as populações menos

favorecidas, estimulasse os jovens, mulheres e produtores rurais a se capacitarem com as novas técnicas de produção, melhorando sua qualificação e renda familiar (ATHAYDE, et al., 2015).

Como estratégia para o fortalecimento da política de Desenvolvimento Territorial, o governo federal criou os Núcleos de Extensão e Desenvolvimento Territorial (NEDET), vinculados a instituições públicas de ensino superior (CNPq) de modo a viabilizar a assessoria técnica aos membros dos Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETER) e a produção de conhecimento e reflexões sobre a política territorial no Brasil (SILVA, SCHMITZB, PICCINC, 2017).

Os NEDET foram criados para atuar como importantes assessores dos Colegiados Territoriais (CODETERs), desenvolvendo ações de extensão e pesquisa, envolvendo o assessoramento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas objetivando o Desenvolvimento Territorial (SANTOS et al, 2016a).

Política de Desenvolvimento Territorial

No final da década de 1980 houve aumento na implantação de políticas públicas no Brasil com forte caráter social (SILVA, SCHMITZB, PICCINC, 2017).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 a gestão das políticas públicas foi descentralizada e passou a ser feita com a participação da sociedade civil, além do poder público, sendo criado mecanismos que

buscavam renovação nas práticas de gestão de políticas públicas, surgindo os conselhos setoriais de políticas públicas, mesas de concertação, orçamentos participativos, mecanismos de monitoramento, prestações de contas, entre outros (DAGNINO; TATAGIBA, 2007).

Um importante marco para o desenvolvimento rural na década de 1990 foi a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, passando o Estado a reconhecer e legitimar os agricultores familiares os quais eram considerados como uma classe sem grande relevância produtiva. Dessa forma, o PRONAF passou a subsidiar crédito para geração de renda e dos meios produtivos dos agricultores de pequeno porte, criando-se uma nova perspectiva para o desenvolvimento rural (SANTOS et. al., 2016).

O PROPNAF ao longo dos anos aprimorou-se e passou a diversificar suas linhas, voltando-as para as mulheres, jovens, semiárido e sustentabilidade. Além disso, o programa passou a incluir atividades agrícolas e não-agrícola na sua cobertura, como os assentamentos agrários, quilombolas, pescadores, entre outros (SANTOS et. al., 2016).

No entanto, embora o PRONAF tenha fortalecido a agricultura familiar, as políticas no âmbito do rural apresentaram resultados restritos, não atingindo a totalidade dos grupos sociais e as diversidades regionais. Neste contexto passou-se a se estudar a implantação de políticas públicas para agricultura familiar com enfoque Territorial, sendo este considerado um espaço eficiente tanto para realização de políticas públicas quanto para a coesão social (SANTOS et. al., 2016).

Segundo Favareto (2009), desde o final da década de 1990 a abordagem territorial tem orientado a construção de políticas e ações governamentais no Brasil, expressando a tentativa dos agentes envolvidos nesse processo em melhorar a eficácia de políticas públicas estatais.

Silva e Barros, (2016) relatam que a abordagem territorial do desenvolvimento rural sustentável é uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes e políticas públicas na perspectiva de proporcionar a redução das desigualdades, o respeito à diversidade, a solidariedade, a justiça social.

Na década de 2000 a política agrícola para a agricultura familiar passa então a ser fortalecida com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) junto ao MDA. Esta secretaria cria no ano de 2003 o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) e a partir deste programa são criados os Territórios Rurais em praticamente todas as regiões do país, passando-se a trabalhar com a promoção da política de Territórios Rurais no Brasil com o objetivo de promover o protagonismo dos atores sociais para a governança do desenvolvimento de seus Territórios e também potencializar os impactos e os resultados obtidos através da política territorial (DELGADO; LEITE, 2015).

Em 2008 é lançado o Programa Territórios da Cidadania (PTC) o qual constitui uma política de desenvolvimento territorial (BRASIL, 2014), objetivando a superação da pobreza e redução das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, por meio da estratégia de desenvolvimento rural

sustentável. (CAVALCANTI et. al., 2014).

Para a Secretaria do Desenvolvimento Territorial a perspectiva territorial do desenvolvimento rural sustentável permite a formulação de propostas centradas nas pessoas, que levam em consideração os pontos de interação entre os sistemas socioculturais e os sistemas ambientais e que contemplam a integração produtiva e o aproveitamento competitivo desses recursos como meios que possibilitam a cooperação e corresponsabilidade ampla de diversos atores sociais (DIAS; RIBEIRO; SANTOS, 2017).

Como a perspectiva de ação Territorial é interdisciplinar e intersetorial, ela abrange todos sujeitos envolvidos no Território, sendo necessário estimular o planejamento nos Territórios e a qualificar a participação do Colegiado Territorial. Desta forma, ao longo do período de implantação da política Territorial, o MDA custeou serviços de articuladores e assessores para os territórios a exemplo de Programas como o Cédula, Base de Serviços e o NEDET, que prestaram assessoria na organização e acompanhamento dos territórios (DIAS; RIBEIRO; SANTOS, 2017)

Segundo Dantas e Costa (2014), os Territórios Rurais, bem como os da Cidadania, são importantes instâncias destinadas ao planejamento territorial e ao processo do desenvolvimento territorial sustentável. Representam a descentralização das decisões e incentivo à autogestão das políticas públicas.

Atualmente o Brasil possui 243 Territórios Rurais, sendo destes 120 Territórios de Cidadania, presentes nos 26 Estados da Federação e no Distrito Federal,

compreendendo 3.653 municípios (65% dos municípios no Brasil); compreendendo uma população de 78 milhões de habitantes (40% da população total brasileira), sendo 22,7 milhões de habitantes em áreas rurais (75% da população rural brasileira); (BRASIL/MDA, 2016).

IMPLANTAÇÃO DOS NÚCLEOS DE EXTENSÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO BRASIL

Os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial são unidades administrativas com função de apoiar ações de extensão e de assessoramento técnico aos Colegiados Territoriais (CODETERs) e demais atores dos territórios rurais. Estes núcleos fazem parte de uma estratégia governamental em parceria com universidades públicas para dar apoio à organização dos atores sociais com intuito de superar a setorização da execução das políticas públicas nos Territórios Rurais e viabilizar políticas públicas de combate à pobreza, visando o desenvolvimento territorial (SILVA, SCHMITZB, PICCINC, 2017).

Objetivando fortalecer, dar suporte à organização e articulação das políticas públicas para agricultura familiar, o MDA lançou em 2014 a chamada pública CNPq/MDA/SPM-PR N^o 11/2014 para apoio à implantação e manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial, os NEDETs, prevendo-se contratar por dois anos assessoria para os CODETERS principalmente para as área de inclusão produtiva e gestão social (SILVA, SCHMITZB, PICCINC, 2017).

O programa foi implementado por meio da articulação institucional e operacional de Universidades Públicas Federais e Estaduais, dos Institutos Federais de Educação Tecnológica, das instâncias de gestão social dos territórios e da SDT. Esse projeto surgiu por intermédio da parceria estabelecida entre a SDT/MDA,

Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (SILVA E BARROS, 2016).

O processo de constituição desses núcleos foi dividido em 2 etapas, sendo que na primeira, ocorreu em 2013, onde foram aprovados 11 projetos de 9 universidades, para alcançar 51 territórios em 8 estados com 135 pessoas envolvidas. A segunda etapa aconteceu em 2014 para atender 138 territórios, com 90 projetos aprovados de 48 universidades em 24 estados com 511 pessoas envolvidas. Ao todo há 101 projetos em andamento, em 189 territórios rurais, 54 universidades ou institutos federais em 27 unidades da federação com o envolvimento direto de 648 pessoas nas atividades no âmbito dos territórios rurais (SILVA E BARROS, 2016).

Os NEDET tinham como principal ação assessorar e qualificar os Colegiados Territoriais com ferramentas e metodologias que permitissem o acesso e participação da gestão das políticas públicas territoriais, tendo como base das ações centradas na metodologia participativa, pois era uma demanda do próprio edital, que estava em consonância com a nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, a PNATER (DIAS, RIBEIRO, SANTOS, 2017)..

As ações e resultados do NEDET são frutos do uso de instrumentos como o diagnóstico participativo, planejamento participativo, construção de linha do tempo, reuniões temáticas e direcionadas, pactuações coletivas, plenárias e eventos. Desta forma, o projeto não possuía atividades pré-definidas, a não ser as reuniões de núcleos e as plenárias (previstas no edital), uma vez que a proposta das ações propostas foram construídas de

acordo com a demanda e realidade do Colegiado e do Território (DIAS, RIBEIRO, SANTOS, 2017).

PRINCIPAIS ATIVIDADES NEDET PREVISTAS NO EDITAL CNPq

- a) Realizar levantamento de informações, visando o acompanhamento e avaliação da execução das ações propostas e dos projetos apoiados pela SDT/MDA no território;
- b) Registrar e acompanhar, a partir de sistema específico, as informações sobre a composição, funcionamento e agenda do Colegiado Territorial e sobre a execução de projetos apoiados pela SDT/MDA, visando subsidiar os Colegiados e a SDT com resultados do acompanhamento, monitoramento e avaliação para o aperfeiçoamento do processo de gestão da estratégia de desenvolvimento territorial;
- c) Assessorar os Colegiados Territoriais que integram o Programa Territórios da Cidadania – PTC na implementação de metodologia que visa a efetivação das ações e articulação com instâncias municipais, estaduais e federais e a implementação da matriz de gestão do PTC;
- d) Assessorar os Colegiados na implementação de metodologia para elaboração, articulação e monitoramento da Matriz de Gestão Territorial do Plano Safra;
- e) Realizar, em sintonia com as ações propostas pela SDT

e com o cronograma de atividades do CODETER: 06 reuniões anuais com as instâncias do Colegiado Territorial (03 reuniões com Núcleo Diretivo e 03 reuniões de Comitês Setoriais e Câmaras Técnicas do Colegiado Territorial); 03 reuniões anuais das plenárias dos colegiados e suas instâncias; e 05 reuniões anuais de promoção da participação de mulheres rurais no CODETER. Realizar 01 atividade em nível estadual (Seminário/Encontro dos Comitês de Mulheres dos Territórios da Cidadania).

II PARTE

**TERRITÓRIO SERTÃO SÃO
FRANCISCO PERNAMBUCO**

TERRITÓRIO SERTÃO SÃO FRANCISCO-PE: **CARACTERÍSTICAS E POTENCIALIDADES**

Histórico do Território

O povoamento do interior pernambucano se deu graças à atividade pecuarista, pois devido a proibida criação de gado em toda área litorânea pelo Rei de Portugal em 1701, em favor da empresa canaveira, a atividade pecuarista teve que se deslocar para o Sertão. Esse deslocamento foi feito seguindo o rio São Francisco e adentrando no Estado pelos afluentes pernambucanos (MDA/SDT 2011).

Até o final da década de quarenta, a região cresceu lentamente, tanto econômica como populacionalmente, no ritmo da expansão da pecuária extensiva e com desenvolvimento de alguns projetos de irrigação, que não tiveram maior impacto na transformação do setor agrário da região. Com a criação do Banco do Nordeste (BNB), no início da década de 50 e da SUDENE, na década de 60, como órgãos indutores do desenvolvimento do Nordeste, a região passou a ter um certo dinamismo através do incentivo a projetos de irrigação e de agropecuária de sequeiro (MDA/SDT 2011).

Neste período ações desencadearam um novo reordenamento do território, com o parcelamento de grandes imóveis em unidades de produção com áreas de 4 a 10 ha, criando os chamados minifúndios, tanto nos perímetros irrigados, havendo também um grande incentivo a fruticultura proporcionando um grande aumento das áreas irrigadas, especialmente nas margens

do Rio São Francisco (MDA/SDT 2011).

Além das modificações fundiárias, a irrigação promove um grande impacto ambiental na região. As culturas implantadas nas margens dos rios levam à destruição das matas ciliares e à erosão, promovendo grandes assoreamentos. Mal orientada, a irrigação, feita por produtores que desconheciam as técnicas, promove a salinização de grande parte das áreas onde é praticada. O uso de adubo químico e de agrotóxico promove a poluição dos solos e das águas e a intoxicação de muitos agricultores, que ministram os "venenos" sem nenhum equipamento de proteção (MDA/SDT 2011).

Neste período é criado o sistema de extensão rural, inicialmente como Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR), Departamento de Produção Vegetal (DPV) e Departamento de Produção Animal (DPA) e, depois como Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), com objetivo de dar toda a assistência técnica aos novos sistemas de produção, desde que esses sistemas estivessem vinculados à dinâmica da "modernização da agricultura" (MDA/SDT 2011).

Em 1974, a SUVALE é substituída pela Companhia de Desenvolvimento do Vale São Francisco (CODEVASF), com o objetivo de aproveitar os recursos de água e solo do vale, e nesse mesmo ano, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), criada na década de 60, é instalada no Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semiárido (CPATSA) em Petrolina, objetivando responder a uma demanda de pesquisa, que atendesse os perímetros irrigados e apresentasse propostas para a zona de sequeiro

(MDA/SDT 2011).

As décadas de 80 e 90 são marcadas pelo desenvolvimento da fruticultura irrigada, como principal atividade econômica da região, e pela reorganização fundiária, como resultado das intervenções públicas federais. Durante este período a CODEVASF implantou quatro perímetros irrigados entre os municípios de Petrolina e Juazeiro conhecidos como projetos de irrigação Senador Nilo Coelho (MDA/SDT 2011).

O abandono das fazendas de fruticultura, pelos grandes empresários, na primeira metade da década de 1990, coincidiu com a chegada, na região, do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ao MST, juntou-se a Federação de Trabalhadores de Pernambuco (FETAPE), no trabalho de organização desses trabalhadores, fortalecendo um movimento que se revelou bastante forte e coeso, obrigando o INCRA, na segunda metade dessa década, a transformar as áreas em assentamentos da reforma agrária. Ao assentar um grande número de famílias 2.781 ou aproximadamente 14.000 pessoas, resolve, em princípio, o problema do acesso à terra, desse contingente de agricultores (MDA/SDT 2011).

Consideradas as especificidades locais nas dimensões políticas, econômicas, físicas e ambientais, ressaltaram-se aspectos da extrema desigualdade social, alardeados por intermédio dos movimentos sociais e suas pautas de reivindicação, que tornaram públicos aspectos insustentáveis da vida de populações afetadas pela pobreza que aflige a população brasileira, nos níveis nacional e regional, em especial nas três últimas décadas do século XX e, em particular, os segmentos que vivem

nas áreas rurais. O Território Sertão do São Francisco oferece indícios claros da mobilização desses atores, animados por processos de reconhecimento de sua existência e direitos, para incluir suas demandas entre aquelas a serem contempladas nas políticas territoriais (MDA/SDT 2011).

No Estado de Pernambuco o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT foi implantado a partir de 2003, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Este programa objetivava promover o protagonismo dos atores sociais para a construção e governança do desenvolvimento de seus territórios (MDA/SDT 2011).

O trabalho da SDT em Pernambuco começou com a identificação e seleção dos Territórios pelo CEDS (Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável de Pernambuco), que selecionou seis Territórios: Agreste Meridional, Agreste Central, Mata Sul, Sertão do Araripe, Sertão do Pajeú e Sertão do São Francisco. Os Territórios foram selecionados a partir de critérios propostos pela SDT/MDA e através de um diálogo com os principais atores locais do meio rural de Pernambuco, havendo a participação de entidades da Sociedade Civil e Públicas. Esse diálogo se deu a partir do reconhecimento das identidades e das relações sociais, econômicas e culturais existentes entre os vários atores sociais que atuam no Território, numa perspectiva da construção de uma visão estratégica de desenvolvimento territorial (MDA/SDT 2011).

Segundo a Resolução nº 52 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), de

16 de fevereiro de 2005, as institucionalidades territoriais devem conformar espaços nos quais “a gestão social do desenvolvimento territorial deve ser concretizada por meio de espaços de debate e concertação, com transparência e participação”.

No conceito adotado pela SDT, Território é:

“um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.” (SDT/MDA, 2003).

A história do Território da Cidadania Sertão São Francisco-PE começa antes mesmo da sua constituição formal, pelo MDA, como um Território Rural, uma vez que a região próxima, especialmente o município piauiense de Acauã, em 2003 foi o local das primeiras experiências do Programa Fome Zero (PIRAUX; AZEVEDO; TONNEAU, 2010).

Para dar sequência às dinâmicas locais então provocadas por esse programa, o CPATSA da EMBRAPA, em Petrolina, que contava com a assessoria de pesquisadores do CIRAD, liderou uma iniciativa que consistiu em estimular, entre os atores sociais da região, a criação de uma identidade territorial que fosse reconhecida pelos atores sociais da região e instituições. O resultado foi a criação, por iniciativa local, do Território do Alto Sertão de Piauí e Pernambuco, constituído pelos

municípios de Acauã, Paulistana e Jacobina, no Piauí, e Santa Filomena, Dormentes, Afrânio e Petrolina, em Pernambuco (PIRAUX; AZEVEDO; TONNEAU, 2010).

Em 2003, a Secretaria do Desenvolvimento Territorial do MDA implantou oficialmente o Programa Territórios Rurais, separando em dois Territórios os municípios piauienses e pernambucanos. O Território Rural do Sertão de São Francisco-PE, criado em 2004, foi constituído pelos já indicados municípios pernambucanos, com a junção de Cabrobó, Orocó, Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista (CAVALCANTI et al.,2014).

As atividades da SDT no território do Sertão do São Francisco tiveram início em 2004 com a instituição de uma comissão provisória de instalação de ações territoriais que depois evoluiu para a formação de um Colegiado Territorial, sendo este considerado um espaço de formulação e gestão de políticas públicas onde estão presentes as disputas de interesses, os conflitos, a coesão social onde os atores sociais, representantes da Sociedade Civil e Entidades públicas são partes integrantes do processo de elaboração, gestão e de decisão das políticas de abrangência Territorial (MDA/SDT 2011).

A partir de 2003 se iniciou a construção dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) dos Territórios Pernambucanos. O PTDRS é o principal instrumento de apoio à Gestão Social do Território, subsidiando a instância colegiada territorial para a construção de um novo modelo de desenvolvimento, visando a utilização de instrumentos de gestão participativa e de planejamento. É um documento base para que os atores sociais estejam visualizando e

retroalimentando sua dinâmica interna e externa, dentro das dimensões ambiental, sociocultural e educacional, econômica e política institucional, desenvolvendo estratégias e ações integradas visando o desenvolvimento sustentável do território (MDA/SDT 2011).

Do ano de 2004 até novembro de 2006, foram realizadas oficinas territoriais no Sertão do São Francisco, com a participação de representantes da sociedade civil e da esfera governamental, objetivando desenvolver e consolidar uma consciência territorial entre os participantes dos sete municípios envolvidos e organizar as instâncias representativas estruturando-se o Fórum Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, a Coordenação e o Núcleo Técnico, definindo-se suas respectivas atribuições (CAVALCANTI et al.,2014)..

A liderança do Território foi assumida pelo movimento sindical rural representado pela FETAPE (Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco). Esse processo culminou com a elaboração do primeiro documento PTDRS, em 2006 (CAVALCANTI et al.,2014).

No ano de 2008 o Governo Federal através do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA lança o Programa Território da Cidadania com o intuito da integralização das várias políticas públicas desenvolvidas pelos ministérios e secretarias especiais do Governo Brasileiro, com o objetivo da descentralização e maior empoderamento das instâncias territoriais, e fortalecimento da gestão social, buscando subsídios nas ferramentas de gestão territorial, objetivando manter um processo de acompanhamento, monitoramento e diálogo permanente entre o governo e a sociedade civil, o PTDRS

foi revisado no período de 2009/2010, com o apoio do Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH).

Este processo de reestruturação do PTDRS ocorreu após reuniões e oficinas participativas, com o envolvimento do Colegiado Territorial, e do núcleo técnico, com o envolvimento de representantes de vários segmentos da sociedade, buscando-se contribuir para a implementação da gestão social, o fortalecimento do capital social, a dinamização das economias territoriais e a articulação interinstitucional (MDA/SDT 2011).

Desta forma, a criação do Território da Cidadania Sertão São Francisco Pernambuco é resultante do Programa Territórios da Cidadania (PTC) o qual constitui uma política de desenvolvimento territorial, objetivando a superação da pobreza e redução das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, por meio da estratégia de desenvolvimento rural sustentável (CAVALCANTI et. al., 2014)

Em 2009, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), realizou a primeira iniciativa de integração de universidades federais e estaduais por meio de Edital conjunto para apoiar a constituição e execução do Projeto Células o qual objetivava o acompanhamento, avaliação e informação nos territórios, bem como o desenvolvimento de capacidades humanas e organizacionais e o aperfeiçoamento da gestão e dos investimentos públicos (BRASIL, 2016).

A partir da experiência com o Projeto Células foi

reconhecida, pelo Governo Federal, a importante contribuição que as universidades públicas e os Institutos Federais tinha prestado em apoio ao Desenvolvimento Territorial. Assim, em 2013 foi lançado em parceria com o CNPq um projeto-piloto de implantação e implementação de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial-NEDET em Universidades e Institutos Federais de oito Estados, abrangendo todas as regiões do país, sendo implantados 11 projetos de 9 universidades, alcançando-se 51 territórios em 8 estados (BRASIL, 2016).

As avaliações positivas dessa primeira chamada levaram ao lançamento da segunda etapa de implantação do projeto NEDET, por meio da Chamada CNPq/MDA/SPM- PR Nº 11/2014, em 2014, desta vez para atuar em 185 territórios rurais, envolvendo 54 instituições de ensino superior. Nesta etapa, além do CNPq e da SDT/MDA, integraram a parceria para o apoio aos Núcleos, a Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais do MDA (DPMR) e a Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), com ações específicas para ampliação da participação das mulheres rurais nos colegiados territoriais (BRASIL, 2016).

Caracterização do Território

O Território do Sertão do São Francisco Pernambuco (Figura 1), localiza-se na região Nordeste do Brasil, no Semiárido Pernambucano. Abrange uma área de 14.682,2 km², representando aproximadamente 14,89% da área total do Estado, que é de 98.588,3 km² (MDA/SDT 2011).

É composto por sete municípios: Afrânio, Cabrobó, Dormentes, Lagoa Grande, Orocó, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista (Figura 2), os quais estão distribuídos na Mesorregião do São Francisco e localizados na Microrregião de Petrolina, sendo considerada, na classificação política do Governo do Estado de Pernambuco, como região RD – Região de Desenvolvimento do Sertão do São Francisco (MDA/SDT 2011).

O município de Petrolina é o de maior extensão, com 4.756,8 Km², abrangendo 32,4% da área total do território, enquanto Orocó, com uma área de 562,6 Km², abrange 3,83% da área total do território (Tabela 1, MDA/Brasil, 2011).

Figura 1: Localização do Território Sertão São Francisco no Estado de Pernambuco.

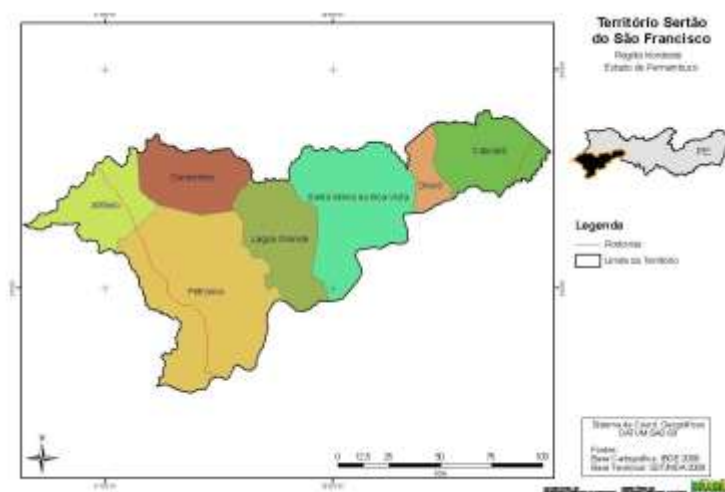


Fonte MDA/SDT 2011

Em consequência do dinamismo econômico, o Submédio do São Francisco sofreu significativas mudanças em seu perfil demográfico, constituindo-se um importante polo de atração para a população do semiárido e mesmo de outras regiões do País (CAVALCANTI et al.2014).

Considerando, especificamente, os municípios correspondentes ao Território da Cidadania em análise, registra-se, na segunda metade do século XX, um acelerado crescimento populacional, concomitante e como resultado da intervenção dos grandes projetos de desenvolvimento econômico (CAVALCANTI et al.2014).

Figura 2 – Distribuição espacial dos municípios que integram o Território Sertão do São Francisco-PE.



FONTE: MDA/SDT, 2012.

De acordo com os dados do Censo do IBGE 2000-2010, apresentados na Tabela 2, observa-se crescimento populacional em todos os municípios, principalmente Petrolina, constituindo-se como município polo da região. Observa-se nesse período um aumento geral da população do território em 27.41%. Na população rural houve um acréscimo de 22.84% que pode estar associado, não só a um aumento populacional, mas a uma maior permanência do homem no campo, incentivado pelas políticas de desenvolvimento territorial implantadas a partir de 2003 pelo SDT/MDA

Tabela 1– Área total e Área percentual dos municípios que compõem o Território Sertão São Francisco-PE.

Município	Área (km ²)	Área %
<u>Afrânio</u>	1.488,6	10,14
<u>Cabrobó</u>	1.629,9	11,1
<u>Dormentes</u>	1.392,1	9,48
<u>Lagoa Grande</u>	1.874,4	12,77
Orocó	562,6	3,83
<u>Petrolina</u>	4.756,8	32,4
Santa Maria da Boa Vista	2.977,8	20,28

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

Tabela 2. Dados populacionais obtidos dos Censos Demográficos do IBGE 2000 e 2010.

Município	Área (km ²)	2000			2010		
		Pop. Total (hab.)	Pop. Urbana (hab.)	Pop. Rural (hab.)	Pop. Total (hab.)	Pop. Urbana (hab.)	Pop. Rural (hab.)
Afrâmo	1.490,60	15.007	3.985	11.022	17.586	5.861	11.725
Cabrobó	1.657,71	26.733	15.759	10.974	30.873	19.798	11.075
Dormentes	1.537,64	14.421	3.835	10.586	16.917	6.004	10.913
Lago Grande	1.848,90	19.120	8.652	10.468	22.760	10.416	12.344
Orocó	554,76	10.823	3.572	7.251	13.180	4.617	8.563
Petrolina	4.561,87	218.336	166.113	52.223	293.962	219.215	74.747
Santa Maria da Boa Vista	3.001,18	36.740	13.960	22.780	39.435	14.876	24.559
Total	14.652,66	341.180	215.876	125.304	434.713	280.787	153.926

Fonte: IBGE, Censos Demográficos (2000), Censos Demográficos (2010)

Ao observar-se os indicadores socioeconômicos IDHM e índice de GINI dos municípios pertencentes ao TSSFPE na tabela 3, comparando-se os dados dos censos 2000 e 2010, percebe-se que houve um aumento do IDHM de todos os municípios, passando a apresentar valores médios, no entanto, o grau de concentração de renda GINI diminuiu em todos os municípios, indicando que apesar das políticas públicas implantadas a partir da década de 2000 tenham melhorados os índices de desenvolvimento da região, a distribuição continua concentrada nos municípios de maior desenvolvimento comercial com Petrolina.

Tabela 3: Indicadores socioeconômicos (IDHM, GINI) dos municípios do TSSFPE.

Município	IDHM		Índice de Gini	
	2000	2010	2000	2010
Atrácio	0.386	0.588	0.57	0.53
Cabrobó	0.466	0.623	0.58	0.58
Dormentes	0.403	0.589	0.57	0.47
Lagoa Grande	0.441	0.597	0.59	0.52
Orocó	0.474	0.610	0.55	0.51
Petrolina	0.580	0.697	0.63	0.62
Santa Maria da Boa Vista	0.468	0.590	0.58	0.55
Total	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2000); IBGE, Censo Demográfico (2010).

Na região do Território Sertão São Francisco-PE, o Rio São Francisco é sua principal potencialidade, sendo alvo de políticas públicas utilizadas como ferramentas de desenvolvimento que foram aceleradas pela implantação dos perímetros irrigados como o Projeto Senador Nilo Coelho, entre os municípios de Petrolina e Juazeiro. Assim, as últimas décadas foram marcadas pelo desenvolvimento da fruticultura irrigada e pela reorganização fundiária, como resultado das intervenções públicas federais, contribuindo com a valorização e crescimento da agricultura familiar na região (MDA/BRASIL, 2011).

GESTÃO SOCIAL DO COLEGIADO COLEGIADO TERRITORIAL SERTÃO SÃO FRANCISCO-PE

Os Colegiados Territoriais (CODETERs), são importantes espaços políticos de decisão participativa das organizações sociais vinculadas ao processo desenvolvimento rural sustentável do Brasil. Nesse espaço pode-se realizar discussão, planejamento, controle social, deliberação de ações do território relacionado à infraestrutura, educação, cultura, saúde, produção agrícola e animal, contribuindo com o desenvolvimento sustentável da região.

No cenário de desenvolvimento utilizando-se uma abordagem territorial, o desenvolvimento de políticas públicas mudou a perspectiva de planejamento da escala municipal para uma escala territorial, constituindo-se em uma mudança que refletiu a valorização das potencialidades rurais e modos de vida dos agricultores, considerando, assim, o rural para além do olhar setorial, tendo os agricultores familiares como um público específico valorizado (FREITAS, 2016).

O Programa Territórios da Cidadania (PTC), implantado em 2008, objetivava superar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, por meio da estratégia de desenvolvimento rural sustentável (CAVALCANTI et al., 2014).

No contexto atual, a gestão social dos Territórios da Cidadania é realizada por meio de três instâncias, sendo elas, o Comitê Gestor Nacional; Comitê de Articulação Estadual e o Colegiado Territorial que, segundo a

resolução nº 48 e 52 do CONDRAF, é responsável pela articulação de ações, visando a gestão e o planejamento da região de forma coletiva, com inclusão social e pluralidade, monitoramento de políticas, fortalecimento das institucionalidades territoriais, bem como a construção de redes possibilitadoras da interação e integração territorial, além da execução de medidas que priorizem a participação de grupos, anteriormente marginalizados como os indígenas, quilombolas, produtoras rurais, entre outros (SANTOS et al., 2016).

A gestão dos territórios, promovida pelos Colegiados Territoriais, os torna responsáveis pelos processos tanto de gestão estratégica, quanto de gestão social, podendo-se constatar que nos processos de desenvolvimento territorial, tanto os aspectos operativos como políticos estão fortemente ligados, reconhecendo que ao se focar na gestão social, os colegiados também realizam, processos mais dinamizadores de ações sociais e políticas, capazes de aumentar a capacidade dos atores territoriais para o fortalecimento da cidadania. Assim, a gestão social favorece a aproximação entre as organizações públicas e as entidades da sociedade civil, e promove o comprometimento para com as estratégias e definições dos territórios (OLIVEIRA, et al., 2013).

A organização social nos Colegiados Territoriais se dá por meio de diversas instâncias representativas dos múltiplos segmentos das organizações governamentais dos níveis municipal, estadual e federal, e organizações não-governamentais representando a sociedade civil organizada. São constituídos pelo Plenário, Núcleo diretivo e Câmaras temáticas, sendo o plenário é seu órgão de deliberação máxima, responsável pela tomada decisões; o Núcleo Diretivo responsável pelos

encaminhamentos realizados em plenário e as Câmaras Temáticas responsável pelas demandas técnicas (SANTOS et al, 2016).

O Colegiado Territorial Sertão do São Francisco-PE é um órgão colegiado, de nível deliberativo máximo do Território, formado por atores sociais representantes de organizações da sociedade civil, dos agricultores familiares e do poder público nas suas diferentes esferas. Este tem como principais objetivos identificar e discutir as demandas da região, encaminhando-as em forma de medidas, projetos ou políticas, apoiando a socialização entre as entidades do território, buscando incentivar a sustentabilidade e a inclusão social, visando o pleno desenvolvimento do Território Sertão São Francisco-PE.

Esta instância colegiada segue o estabelecido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF, tendo em sua composição no mínimo de 50% das vagas ocupadas por representantes da sociedade civil organizada e máximo de 50% de representantes do governo (Freitas et al., 2012), podendo, segundo seu regimento interno, ser formado por no mínimo 25% de entidades públicas e no máximo de 75% de entidades civis. Na atualidade, o colegiado é composto por 13 entidades públicas e 32 representantes da sociedade civil organizada que representam os municípios que compõem o Território Sertão São Francisco-PE.

A análise da contribuição da gestão participativa do COSERFRAN-PE para o Desenvolvimento Territorial Rural da região foi realizada através de pesquisa bibliográfica e documental (atas, relatórios, documentos produzidos pelo MDA), buscando-se informações referentes a contribuição da gestão participativa nas

discussões, tomada de decisões, participação e aprovações de projetos que impactaram positivamente e trouxeram benefícios para região.

Durante os anos de 2015-2017 ocorreram nove plenárias, eventos de caráter deliberativo, nas quais foi crucial a presença dos representantes das entidades públicas ou da sociedade civil organizada. Nessas plenárias, com o apoio do Nedet/UNIVASF, foi realizada a revisão do regimento interno, a renovação das entidades civis e públicas para recomposição do Colegiado, a recomposição do núcleo diretivo, reativação ou criação das câmaras temáticas,

sendo também discutidas políticas públicas, participação dos municípios em editais (Proinf, Fundo Casa, Espaço Mulher com Vida), demandas específicas por município, participação em eventos do Território (Conferencia Territorial de ATER, ENAFA- Encontro da agricultura Familiar e Feira de Mulheres dos Territórios, Evento Estadual de Mulheres), cursos de capacitação, além de serem realizadas palestras para fundamentar temas discutidos, principalmente em relação ao fortalecimento da Agricultura Familiar como estratégia para se alcançar um maior desenvolvimento Territorial Rural do semiárido brasileiro.

Em virtude do que se é tratado e decidido nas plenárias, é essencial que haja uma maior participação das entidades Públicas e Civis que compõem o colegiado, legitimando esse espaço de discussão e deliberação participativa. Segundo Cavalcanti et al., (2014 p. 38), os membros da sociedade rural contemporânea desenvolvem estratégias complexas na busca de recursos, apoios, informações, conselhos, mantendo

relações com entidades públicas e da sociedade civil (sindicatos, organizações não governamentais, igrejas, empresas privadas, associações e cooperativas) e representações do poder público, em especial do poder local, com o objetivo de encontrar meios e caminhos que lhes abram espaço de atuação, podendo alcançar não apenas a satisfação de necessidades imediatas, a melhoria da qualidade de vida, o acesso a recursos produtivos, a realização de projetos geradores de renda, mas também reivindicações de reconhecimento social e a afirmação de identidade cultural.

Avaliando-se as listas de frequência e atas das plenárias no período citado, foi constatado que as entidades públicas que participavam eram geralmente as mesmas, e os representantes públicos e civis de Cabrobó foram os últimos a fazer parte da recomposição do COSERFRAN-PE. Embora tenha sido observada uma baixa representação das entidades que abrangem os municípios do TSSF-PE, estas entidades públicas participavam de forma efetiva das discussões e decisões nas plenárias, principalmente as relacionadas a elaboração de projetos (Proinf), demandas técnicas (cursos, palestras) e apoio a eventos do Território (Conferencia Territorial de ATER, Evento Estadual de Mulheres).

Das entidades públicas participantes do COSERFRAN-PE, seguindo seu regimento interno, 05 faziam parte do Núcleo Diretivo (UNIVASF, IF-Sertão, Secretaria Estadual da Mulher, IPA e Prefeitura de Lagoa Grande), participando de forma mais efetiva das discussões e demandas do TSSF-PE que eram levadas para discussão e deliberações nas plenárias.

As entidades da sociedade civil constituem importantes instituições que representam e discutem as demandas dos seus municípios, trazendo grande contribuição para o controle social do Território. Segundo Santos et al. (2016, p. 15), o protagonismo social se reflete na participação dos representantes da sociedade e sua diversidade nas tomadas de decisão, anteriormente restrita apenas ao governo, mas no estado democrático, incorporado a partir da constituição de 1988, compartilhando a gestão local, municipal, territorial com a sociedade civil organizada e permitindo o aprimoramento de ações bem como de decisões no território.

No território Sertão do São Francisco Pernambuco, a representação da sociedade civil, por meio das associações e cooperativas de produtores das diferentes cadeias produtivas da região, além dos representantes dos movimentos sociais, ainda é baixa, sendo verificado nas seis plenárias que ocorreram entre 2015-2016, uma participação maior dos Sindicatos dos trabalhadores Rurais.

Segundo Santos et al., (2016), a gestão social tem uma grande relevância na tomada de decisões, realizando um estreitamento de relações com o Estado e gerando a aproximação do poder público para que haja uma melhor efetivação das políticas públicas, devendo a sociedade exercer o seu protagonismo no processo de decisão e deliberação de ações que objetivem a melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento socioeconômico da região, uma vez que esses atores possuem o conhecimento da realidade e dos problemas em seu entorno, favorecendo a eficiência administrativa na implantação de políticas públicas.

Considerações Finais

O Território São Francisco Pernambuco é um território da cidadania com muitas potencialidades. A discussão e o planejamento de ações, o acesso a políticas públicas no âmbito territorial têm promovido mudanças político, econômica e social nos municípios que o compõem, contribuindo para o desenvolvimento rural no semiárido, bem como para o fortalecimento da agricultura familiar no território.

No entanto, ainda é baixa a representatividade da Sociedade Civil Organizada e entidades Públicas no COSERFRAN-PE, considerando-se o número de municípios integrantes do Território. Essa baixa representatividade impacta, negativamente, na tomada de decisões e deliberações, dificultando uma plena gestão participativa e desenvolvimento significativo do Território.

III PARTE

A CONTRIBUIÇÃO DO NEDET NA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL NO BRASIL

EXPERIÊNCIAS DO NÚCLEO DE EXTENSÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO TERRITÓRIO SERTÃO SÃO FRANCISCO PE: DESAFIOS E CONQUISTAS (2015-2017)

O NEDET do Território Sertão São Francisco Pernambuco, foi implantado por meio da segunda etapa da chamada pública CNPq/MDA/SPM-PR N^o 11/2014 no ano de 2014, tendo como proponente e principal mediador a Universidade Federal do Vale do São Francisco, sediada em Petrolina-PE, a qual ainda integra mais dois núcleos: o do Território Serra da Capivara em São Raimundo Nonato e o Território Sertão São Francisco-BA.

Os Núcleos surgem para atender a estratégia implementada pelo Programa Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária as quais objetivam consolidar um modelo de governança territorial baseado na gestão social, entre poder público e sociedade civil organizada, promovendo a formulação, gestão e controle das políticas públicas, com especial atenção à superação das desigualdades de renda, gênero, raça, etnia e geração, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.

Os Núcleos também surgem na perspectiva de promover o fortalecimento das políticas públicas voltadas para a inclusão produtiva e a consolidação de redes socioeconômicas da agricultura familiar no âmbito dos territórios rurais, considerando as práticas da economia solidária, com especial atenção à população rural em condição de extrema pobreza.

De acordo com a SDT/MDA (2014) cabe aos NEDETs, principalmente, fortalecer os Colegiados Territoriais na gestão social e efetivação de políticas públicas de desenvolvimento rural; difundir métodos e tecnologias visando qualificar a gestão dos colegiados; realizar assessoria técnica aos colegiados; apoiar a execução do Programa Territórios da Cidadania; apoiar a implementação de estratégia da gestão territorial do Plano Safra e gerar informações relacionadas ao funcionamento dos colegiados territoriais, aos projetos de apoio, implementação de políticas para mulheres rurais e projetos de inclusão produtiva.

Segundo SILVA, SCHMITZB e PICCINC, (2017), na implementação da abordagem territorial do desenvolvimento rural, os NEDETs tiveram um papel fundamental atuando junto aos Colegiados. Esse papel se efetivou com o assessorando na gestão social, na inclusão produtiva e na mediação de debates utilizando métodos e tecnologias sociais para construção e desenvolvimento das potencialidades regionais com intuito de articular as políticas públicas em torno das principais demandas identificadas nos territórios.

Equipe Nedet e suas Atribuições

A equipe NEDET TSSFPE assessorou durante o período de vigência do projeto (2015-2017) as atividades realizadas pelo COSERFRAN-PE e pelo Núcleo Diretivo, objetivando incentivar a gestão participativa, a discussão sobre temas relevantes para agricultura familiar, com ênfase nos temas sobre as políticas públicas territoriais

para desenvolvimento da agricultura familiar e desenvolvimento territorial, motivando e dando suporte técnico para o empoderamento dos grupos produtivos, bem como dos grupos de jovens, mulheres e povos tradicionais.

A equipe Nedet TSSFPE é Multidisciplinar, sendo formada por uma Coordenadora Geral (Socióloga) que é responsável pelo projeto Multiterritorial “Implantação e Manutenção de Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial: Território: a nova concepção de desenvolvimento sustentável para o semiárido”, abrangendo os Territórios Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato e o Território Sertão São Francisco-PE, uma Coordenadora do Núcleo SSFPE (Médica Veterinária), uma assessora (Nutricionista) de Gênero (ATGE), dois assessores (ATIP) de Inclusão Produtiva (Engenheiro e Administrador de Empresa que atuaram no período de 2015/2016 e Administrador de Empresa e Engenheira Agrícola e Ambiental que atuaram no período de 2016/2017) e uma assessora (Agrônoma) de Gestão Social (ATGS).

A coordenação geral do projeto multiterritorial teve como principais atividades desenvolver e apresentar o projeto as equipes NEDET Sertão São Francisco Pernambuco e Serra da Capivara, planejar e definir as etapas de desenvolvimento do projeto nestes Núcleos de Extensão, ficando responsável também pela gestão e prestação de contas dos recursos financeiros do projeto.

A coordenação de Núcleo teve, dentre outras atividades, promover o acompanhamento de todas as atividades desenvolvidas junto a equipe NEDET e com os atores do Território Sertão São Francisco Pernambuco,

promovendo a articulação entre a equipe de trabalho e desta com o COSERFRANPE. Também ficou responsável, junto com a equipe NEDET, pelo registro e elaboração de material acadêmico utilizado para monitoramento e desenvolvimento de materiais para resumos e publicações de pesquisa e extensão.

O Assessor Territorial para a Gestão Social (ATGS) teve um importante papel como articulador e animador Territorial. Este desenvolveu trabalho com o colegiado territorial, núcleo diretivo, câmaras técnicas e entidades parceiras. Também foi responsável por suporte técnico da equipe do Núcleo, para a criação de ações e projetos para o desenvolvimento territorial sustentável, tendo como base o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). Participou do levantamento de dados e foi responsável pela sistematização e registro de informações no Portal da Cidadania sobre a agenda do projeto e atividades de assessoria ao COSERFRANPE e dos projetos integrantes da matriz do Programa Territórios da Cidadania na área das políticas sociais.

O Assessor Territorial para a Inclusão Produtiva (ATIP), além de promover articulação entre a equipe NEDET e instâncias do COSERFRANPE para implementação do seu plano de trabalho, foi o responsável pelo apoio à implementação de projetos com o suporte financeiros da SDT/MDA como PROINF, apoiando a sistematização de informações, bem como dos seus efeitos na organização sócio-produtiva territorial.

O Assessor Territorial de Gênero (ATGE) foi o profissional responsável por apoiar atividades de assessoria técnica para articulação e promoção da participação de mulheres rurais nos Colegiados Territoriais,

incentivando a formação e participação das mulheres na Câmara de Mulheres, articulando discussões e eventos com temas inclusivos das mulheres nas temáticas do Território, sendo responsável também por realizar o levantamento de dados e informações subsidiárias à pesquisa e avaliação sobre Políticas públicas efetivadas no território com foco nas mulheres rurais;

De uma forma geral as atividades listadas para a equipe NEDET foram previstas no edital da Chamada CNPq/MDA/SPM- PR Nº 11/2014, visando o assessoramento a gestão participativa, implantação de projetos sócio-produtivos, apoio ao acesso a políticas públicas, aquisição de dados para monitoramento e elaboração de publicações científicas para conhecimento do perfil territorial e aperfeiçoamento do processo de gestão da estratégia de desenvolvimento territorial.

Ações do Nedet no Território Sertão São Francisco – PE

A organização social nos Colegiados Territoriais se dá por meio de diversas instâncias representativas dos múltiplos segmentos das organizações governamentais dos níveis municipal, estadual e federal, e organizações não-governamentais representando a sociedade civil organizada.

A estrutura colegiada é, portanto, constituída pelo Plenário, Núcleo diretivo e Câmaras temáticas, sendo o plenário é seu órgão de deliberação máxima, responsável pela tomada decisões; o Núcleo Diretivo responsável pelos encaminhamentos realizados em plenário e as

Câmaras Temáticas responsável pelas demandas técnicas (SANTOS et al, 2016b).

O Colegiado Territorial Sertão do São Francisco-PE é um órgão colegiado, de nível deliberativo máximo do Território, formado por atores sociais representantes de organizações da sociedade civil, dos agricultores familiares e do poder público nas suas diferentes esferas. Este tem como principais objetivos identificar e discutir as demandas da região, encaminhando-as em forma de medidas, projetos ou políticas, apoiando a socialização entre as entidades do território, buscando incentivar a sustentabilidade e a inclusão social, visando o pleno desenvolvimento do Território Sertão São Francisco-PE.

Esta instância colegiada segue o estabelecido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF, tendo em sua composição no mínimo de 50% das vagas ocupadas por representantes da sociedade civil organizada e máximo de 50% de representantes do governo (FREITAS et al., 2012), podendo, segundo seu regimento interno, ser formado por no mínimo 25% de entidades públicas e no máximo de 75% de entidades civis. Na atualidade, o colegiado é composto por 13 entidades públicas e 32 representantes da sociedade civil organizada que representam os municípios que compõem o Território Sertão São Francisco-PE.

Dentre as políticas destinadas para os territórios, surgem os Núcleos de Extensão e Desenvolvimento Territorial – NEDET, resultado de uma parceria entre o MDA, a Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e, posteriormente, Universidades. O

NEDET Sertão São Francisco Pernambuco é vinculado a Universidade Federal do vale do São Francisco-UNIVASF.

A equipe NEDET assessorou, por cerca de dois anos, atividades realizadas pelo COSERFRAN-PE e Núcleo Diretivo, objetivando incentivar a gestão participativa, a discussão sobre temas relevantes para agricultura familiar, temas sobre as políticas públicas territoriais para desenvolvimento da agricultura familiar e desenvolvimento territorial, motivando e dando suporte técnico para o empoderamento dos grupos produtivos, bem como dos grupos de jovens, mulheres e povos tradicionais.

Através da pesquisa bibliográfica e documental foi observado que as metodologias aplicadas pelo NEDET no Território Rural da Cidadania Sertão do São Francisco Pernambuco buscaram apoiar as atividades do COSERFRAN previstas no edital e desenvolvidas no período de janeiro de 2015 a maio de 2017.

Estas atividades tiveram como resultado:

1) Realização de ações de extensão e de pesquisa, como aplicação de questionários, participação de reuniões e visitas aos municípios, para gerarem dados, informações e conhecimentos capazes de nortear as políticas e diretrizes dos órgãos públicos.

2) Difusão de metodologias e tecnologias sociais, através de cursos, palestras e apoio a conferências Territorial e Nacional de Ater, que pudessem impactar positivamente no desenvolvimento sócio-econômico-cultural e no convívio das populações dos municípios do território.

3) Incentivo a participação de eventos técnicos científicos promovidos pela UNIVASF e demais entidades de ensino e pesquisa da região (II ENAFA, Feiras de Mulheres dos Territórios, 1º Encontro Estadual de Mulheres dos Colegiados Territoriais de Pernambuco).

4) Assessoramento ao Colegiados Territoriais na elaboração e envio de projetos para concorrer a editais (Fundo Casa) e políticas públicas (PROINF 2015).

5) Atualização do Regimento interno e do PTDRS. Apoio na elaboração de Atas, frequências, pautas e outros instrumentos de acompanhamento da participação social e temas discutidos.

6) Monitoramento e avaliação de dados para o acompanhamento das iniciativas de desenvolvimento propostas pelo MDA nos territórios Sertão do São Francisco – Pernambuco, no âmbito do Programa Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, especialmente as do campo.

De acordo com a análise realizada por meio da leitura das atas e relatórios, além da observação não participante, constatou-se que as políticas de maior interesse do colegiado são o Programa de Infraestrutura (PROINF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e os programas relacionados à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) (SILVA, 2017).

Com o trabalho do NEDET constatou-se que o COSERFRANPE volta a se mobilizar e realizar ações,

visando o desenvolvimento do território. Assim, através desse assessoramento foi possível promover a difusão de metodologias e tecnologias sociais, através de cursos, palestras e apoio a conferências territoriais, estaduais e nacionais; realizar a elaboração e envio de projetos para concorrer a editais, discutir políticas públicas e auxiliar na reestruturação do COSERFRAN-PE, estimulando mobilização dos atores sociais do poder público e da sociedade civil do Território Serão São Francisco-PE.

O Território São Francisco Pernambuco é um território da cidadania com muitas potencialidades. A discussão e o planejamento de ações, o acesso a políticas públicas no âmbito territorial têm promovido mudanças político, econômica e social nos municípios que o compõem, contribuindo para o desenvolvimento rural no semiárido, bem como para o fortalecimento da agricultura familiar no território (SILVA et al., 2017).

Os trabalhos dos NEDETs junto ao colegiado para assessorar os planejamento e ações no território também visavam empregar práticas voltadas a agricultura familiar, possibilitando realizar, juntamente com o colegiado, a implantação de novos projetos que auxiliaram no desenvolvimento agrário na região, além de possibilitar espaços de diálogo entre os diversos sujeitos e atores nos territórios rurais, sendo importante a discussões de temas relevantes para o desenvolvimento territorial, tais como gestão social, inclusão produtiva, agroecologia, reforma agrária, educação no campo, bem como sobre demandas específicas para públicos de mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais discutidos principalmente em reuniões plenárias e nas reuniões das câmaras temáticas, as quais traziam suas demandas em relação a necessidade de capacitação ou assessoria técnica.

As práticas voltadas a agricultura familiar também foram desenvolvidas através de palestras, cursos (elaboração de projetos sociais), participação em feiras e eventos organizados ou divulgados com apoio da equipe NEDET.

Dias, Ribeiro e Santos, (2017) relatam que o NEDET é a prova de que a extensão universitária organizada, a partir da coletividade, e construída participativamente tem um poder de atuação na sociedade que é transformador.

CONTRIBUIÇÃO DAS AÇÕES DO NEDET NO TERRITÓRIO SERTÃO SÃO FRANCISCO PERNAMBUCO

Um dos principais impactos do NEDET TSSFPE neste Território foi o fortalecimento da identidade territorial dos municípios integrantes do Território, contribuindo com a gestão participativa, principalmente das entidades da Sociedade Civil, mesmo após a extinção do MDA e das incertezas relacionadas a permanência e investimentos da Política territorial.

O fortalecimento da identidade territorial foi percebido pelo aumento da representação de entidades Cíveis e Públicas por municípios, com exceção de Afrânio, em todas as atividades assessoradas pelo NEDET TSSFPE no período de execução do projeto.

Podemos ainda destacar os principais resultados dos NEDET TSSFPE no Território:

1. Implantação e institucionalização do NEDET-UNIVAF

- Os NEDETs da UNIVASF foram institucionalizados pela Pró-reitoria de Extensão em 2016.
- Membros da equipe NEDET TSSFPE (Figuras 3 e 4).
- A equipe Nedet TSSFPE é Multidisciplinar, sendo formada por uma Coordenadora Geral (Socióloga) uma Coordenadora do Núcleo SSFPE (Médica Veterinária), uma assessora (Nutricionista) de Gênero (ATGE), dois assessores (ATIP) de Inclusão Produtiva (Engenheiro e Administrador de Empresa que atuaram no período de 2015/2016 e Administrador de Empresa e Engenheira Agrícola e Ambiental que atuaram no período de 2016/2017) e uma assessora (Agrônoma) de Gestão Social (ATGS).

Figura 3: Equipe Nedet TSSFPE 2016



Fonte: Arquivo NEDET TSSFPE

Figura 4: Coordenadoras NEDET Univasf do Programa e do TSSFPE.



Fonte: Arquivo NEDET TSSFPE

2. Elaboração e aprovação de projetos sócio-produtivos com assessoria dos NEDET contribuindo com a captação de recursos para o território;

- No período de execução do projeto Nedet poucas chamadas públicas de projetos sócio-produtivos foram lançadas, a nível Federal e Estadual, que se enquadrassem no perfil dos grupos do COSERFRANPE.
- O NEDET TSSFPE auxiliou na elaboração de 03 projetos de editais PROINF (01 em 2015 e 02 dos editais em 2016).
- O COSERFRANPE obteve aprovação na Proposta proinf 2015: Revitalização da Rede Social e Solidária de Mulheres Empreendedoras no Território Sertão do São Francisco – Pernambuco,

tendo como proponente a SARA, mas o recurso não foi liberado após a extinção do MDA.

- Em relação as propostas dos Proinfs 2016 (Proinf Mulher e Proinf Jovem) não foram obtidas respostas em relação a suas avaliações.
- O NEDET também assessorou a escrita e submissão de projetos para o edital sócio-produtivo da Caixa Económica FUNDO CASA, tendo a aprovação de uma agropecuarista de Cabrobó.

3. Empoderamento do COSERFRANPE com instância Territorial;

- Através da análise das listas de presença das plenárias observou-se aumento da representação de entidades públicas e civis por município com exceção do município de Afrânio.

4. Planejamento Estratégico do COSERFRANPE;

- A equipe NEDET TSSFPE auxiliou no planejamento de todas as atividades do Núcleo Diretivo e COSERFRANPE no período de execução do projeto e a Coordenadora do NEDET TSSPE continua atualmente contribuindo com as atividades do CORSEFRANPE como vice representante da UNIVASF nesta instância colegiada (Figura 5).

5. Atualização e revisão de documentos norteadores das atividades do COSERFRANPE;

- No início das Atividades do núcleo em 2015 foram feitas duas reuniões plenárias para revisão e atualização dos Eixos de Desenvolvimento e dos Programas e Projetos estratégicos do PTDRS para o biênio 2015-2017;
- Em Plenária no Município de Dormentes (Figura 6) foi revisado e atualizado o Regimento do COSERFRANPE com a participação de entidades Cíveis e Públicas e foi iniciada a utilização da Logomarca;
- Na Plenária seguinte, em Lagoa Grande, foram escolhidos os membros do Núcleo Diretivo.

Figura 5: Reunião ordinária do NEDET TSSFPE com Núcleo Diretivo do COSERFRANPE



Fonte: Arquivo NEDET TSSFPE

6. Realização de Encontros Locais, Territoriais e Estaduais que propiciaram o debate acerca do Desenvolvimento Territorial;

- Os encontros locais foram realizados com assessoria do NEDET SSFPE foram as plenárias e eventos onde tivemos a participação da UNIVASF como o Semiádido Show, da Embrapa, e as palestras e mini-cursos durante o II ENAFA na UNIVASF.
- A nível territorial foi realizada a Conferência Territorial de Ater em dezembro de 2015 no Espaço Plural da UNIVASF, Juazeiro-BA.
- A nível Estadual foi realizado o 1º Encontro Estadual de Mulheres dos Colegiados Territoriais de Pernambuco, Realizado dias 05 e 06 de julho de 2016, em Garanhuns – PE

Figura 6: Plenária do COSERFRANPE em Dormentes assessorada pelo NEDET



Fonte: Arquivo NEDET TSSFPE

Figura 7: Palestra de abertura da Conferência Territorial de Ater.



Fonte: Arquivo NEDET TSSFPE

Figura 8: ATGEs dos NEDETs do Estado de Pernambuco em reunião de planejamento 1º Encontro Estadual de Mulheres dos Colegiados Territoriais de Pernambuco.



Fonte: Arquivo NEDET TSSFPE

Figura 9: Cartaz do segundo encontro da Agricultura Familiar planejado com participação dos NEDETs da UNIVASF.



Fonte: Arquivo NEDET TSSFPE

7. Realização sistemática de reuniões e Plenárias para acompanhamento das demandas territoriais;

Em cumprimento as atividades previstas no edital da chamada do CNPq/MDA/SPM- PR Nº 11/2014, foram realizadas reuniões:

- mensais com Núcleo Diretivo, 03 reuniões anuais das plenárias dos colegiados e suas instâncias; e reuniões anuais de promoção da participação de mulheres rurais no Colegiado Territorial do Sertão do São Francisco.
- As câmaras temáticas não seguiram uma regularidade de encontros, mas cada uma realizou no mínimo os três encontros previstos.

Figura 10: Reunião Plenária do COSERFRANPE assessorada pelo NEDET TSSFPE realizada no Espaço Plural Juazeiro-BA em abril de 2016.



Fonte: Arquivo NEDET TSSFPE

Figura 11: Reunião ordinária do Núcleo Diretivo com a participação do NEDET TSSFPE



Fonte: Arquivo NEDET TSSFPE

8. Reativação das Câmeras Técnicas de Mulheres, Juventude, Produtiva, Cultura e povos Tradicionais.

- Nas plenárias realizadas pelo COSERFRANPE em 2016 foram reativadas as Câmaras de Mulheres, Jovens, Produtiva e a de Cultura e povos tradicionais.
- As câmaras temáticas mais ativas são a de mulheres e a produtiva.

9. Apoio na participação de políticas públicas que contribuem para o desenvolvimento territorial.

- Nas plenárias realizadas pelo COSERFRANPE com assessoramento NEDET foram discutidas várias políticas públicas, sendo que as mais solicitadas foram PROINF, PRONAF, Plano Safra, PAA e ATER.
- Através da análise documental observou-se que aumentava a presença nas plenárias quando as pautas eram relacionadas a discussão sobre as políticas públicas.
- Em períodos pré-eleitorais e depois da mudança do governo em 2016, com a extinção de MDA observou-se uma grande desmobilização, principalmente das entidades Cívicas, nas plenárias do COSERFRANPE

Figura 12: Plenária com o COSERFRANPE e presença de representante da Secretaria de Agricultura e Reforma agrária de Pernambuco, Delegado do MDA e NEDET TSSFPE. Pauta: PROINF e Plano Safra.



Fonte: Arquivo NEDET TSSFPE

10. Fortalecimento da participação de mulheres rurais nas ações territoriais

- As Atividades de assessoramento da ATGE e a reativação da câmara de mulheres auxiliaram em uma maior participação das mulheres nos evento do TSSFPE.

Figura 13: Palestra promovida pela ATGE sobre bons hábitos de nutrição em comunidade de agricultoras de Cabrobó.



11. Divulgação dos resultados do trabalho NEDET por meio de publicações em eventos técnicos, acadêmicos, e científicos.

- Os resultados das atividades dos NEDET TSSFPE foram divulgados em eventos locais (Mostra de Extensão da UNIVASF), regionais (Encontros dos NEDETs), nacionais e internacionais (II CIERDS) e em revistas científicas.

Figura 14: Apresentação dos dados parciais do NEDET TSSFPE em encontro Regional dos NEDETs em Fortaleza-CE.



Fonte: Arquivo NEDET TSSFPE

PERSPECTIVAS FUTURAS PARA O NÚCLEO DE EXTENSÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SERTÃO SÃO FRANCISCO-PE

Os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDETs) constituem uma estratégia governamental que pode promover impactos sociais e territoriais significativos, a depender do modo de atuação nos territórios. No caso do NEDET TSSFPE, os dados preliminares apontam um trabalho de assessoria no período de 2015 a 2017 que auxiliou no resgate da estruturação e gestão participativa do COSERFRANPE, na discussão de políticas públicas para agricultura familiar e principalmente no empoderamento dos grupos de mulheres e produtivos que foram as câmaras temáticas que mais se reunião e participaram das plenárias.

Nesse sentido, faz necessário aprofundar-se a análise dos impactos da implantação e atuação dos Nedets no COSERFRANPE, assim como buscar a continuidade institucional deste núcleo para garantir acompanhamento e monitoramento das políticas públicas territoriais que impactam no desenvolvimento rural sustentável do semiárido pernambucano.

Em 2016, depois da posse do Presidente Michel Temer, não se teve informações do executivo quanto à política territorial, nem continuidade da assessoria oficial aos territórios.

Favareto, Ginel e Grisa, (2017), discutiram, em debate, que algumas das rupturas institucionais e políticas recentes no Brasil afetaram profundamente a trajetória

das políticas públicas para o desenvolvimento rural com enfoque territorial e que com a extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário foram suspensas várias das ações que visavam fortalecer a gestão social nos territórios rurais, como os Núcleos de Extensão para o Desenvolvimento Territorial (Nedets).

Desta forma, a institucionalização do NEDET na UNIVASF, através da Pró-reitoria de Extensão com a formação de um núcleo de extensão em desenvolvimento Territorial permanente, composto por uma equipe multidisciplinar de docentes, técnicos, pós-graduandos e graduandos, permitirá a continuidade das ações de monitoramento das políticas de desenvolvimento territorial, além do acompanhamento e apoio técnico-científico ao COSERFRANPE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de Território tem assumido papel de importância nas discussões acadêmicas e governamentais, as quais buscam estratégias para o desenvolvimento no meio rural.

O NEDET TSSFPE têm se mostrado como uma estratégia viável para auxiliar no desenvolvimento territorial uma vez que agrupam atividades a extensão e pesquisa, produzindo conhecimentos, informações, metodologias e ações que contribuem para a consolidação da abordagem territorial no país.

As atividades previstas no edital da Chamada CNPq/MDA/SPM- PR Nº 11/2014 e desenvolvidas pelo NEDET TSSFPE permitiu o assessoramento ao COSERFRNPE contribuindo com o fortalecimento da gestão participativa, discussão, elaboração e implantação de projetos sócio-produtivos, apoio ao acesso a políticas públicas, aquisição de dados para monitoramento e elaboração de publicações científicas para conhecimento do perfil territorial e aperfeiçoamento do processo de gestão da estratégia de desenvolvimento territorial. Desta forma, a institucionalização do NEDET na UNIVASF permitirá a continuidade dessas ações contribuindo com as estratégias para desenvolvimento do meio rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATHAYDE, et al., Relato sobre a experiência de estudantes da UFCG na política territorial. In: 2º ENCONTRO DA COORDENAÇÃO NACIONAL DOS NEDETS, 2015, Salvador. **Anais...** Salvador, 2015. P.37-38.

BORGES FILHO, E. L.; OLIVEIRA, V. P.; BRANCO, G. A Percepção da Família sobre as Condições de Vida no Território Rural do Agreste Meridional de Pernambuco. In: 49º Congresso da SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. **Anais...**Belo Horizonte, MG. 2011. Brasil

BRASIL, Ministério Do Desenvolvimento Agrário (MDA).2016. **Portal dos NEDET** – Disponível em: <http://portaldosnedets.info/site/infograficos-territorios-rurais-territorios-da-cidadania-nedet/> - Acesso em 15/10/2016.

BRASIL. **Territórios da cidadania. Ministério do Desenvolvimento Agrário**. 2008. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3638408.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Portal da Cidadania, 2014. Disponível em:<<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3638408.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2018.

CAVALCANTI, J. S. B. et al. Dinâmicas Sociais no Território Sertão do São Francisco-PE. In: CAVALCANTI,

J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B.; NIEDERLE, P. A. (Org.) **Participação, Território e Cidadania: Um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil.** Recife: Editora da UFPE, 2014. p. 153-236.

DAGNINO, E.; TATAGIBA, L. Introdução. In: DAGNINO, E.; TATAGIBA, L. (Orgs). **Democracia, Sociedade Civil e Participação.** Chapecó: Argos, 2007.

DELGADO, N. G.; BONNAL, P.; LEITE, S. P. Desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais. Convênio IICA – OPPA/CPDA/UFRRJ. Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura. Rio de Janeiro. Dez. 2007.

DELGADO, N.; LEITE, S. O Pronat e o PTC: possibilidades, limites e desafios das políticas territoriais para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

DIAS, M.S.; RIBEIRO, D.R.; SANTOS, J. Saberes e Poderes Proporcionados Pelo Projeto de Extensão “Nedet” Da Ufg/Regional De Jataí No Território Rural Parque Das Emas-Go. In: VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária. SINGA 2017. GT 15- Projetos de extensão universitária, de formação e de produção de materiais didáticos e audiovisuais no campo. **Anais...** Curitiba, 2017. ISSN: 1980-4555.

FAVARETO, A. Retrato das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil. Santiago: **Rimisp.** 2009. Documento de Trabajo nº 26. Programa Dinámicas Territoriales

Rurales. Disponível em: http://www.rimisp.org/wp-content/files_mf/1366377844N26_2009_Favareto_catastrapoliticadesenvolvimentoterritorialBrasil_PORT.pdf. Acesso em: 07 jan. 2018.

FAVARETO, ARILSON DA SILVA. Um balanço das políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: uma década de experimentações. **Desenvolvimento em Debate (INCT/PPED)**, v. 1, p. 47-63, 2010.

FAVARETO, A; GINEL, J. E. G. ; GRISA, C. Repensar as estratégias de desenvolvimento territorial no Brasil, um desafio conjunto para governos, sociedade civil e universidades. **Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade** - Brasília, v. 3, n. 1, p. 163-176, dez. 2017

FREITAS, A. F. Por uma abordagem relacional do desenvolvimento territorial rural. **Revista de economia e sociologia rural**. Brasília, v.54, n.4, out/dez, 2016.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F.; DIAS, M. M. O Colegiado de Desenvolvimento Territorial e Gestão Social de Políticas Públicas: O caso do Território Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. **Revista de Administração pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, p. 1201-233, set/out. 2012.

IBGE, Censo Demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA/ Secretária de Desenvolvimento Territorial – SDT. **Relatório de Balanço Programa NEDET**. Brasília, 2015.

KNOREK, R. E.; ROCHA, A. L. P; SCZIMINSKI, T. F. Territórios da cidadania catarinenses: as ações de

transferências voluntárias no eixo da infraestrutura produtiva rural. **Desenvolvimento Regional em debate**. v. 5, n. 2, p. 148-169, jul./dez. 2015.

LUNAS, D. A. L. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial rural no Brasil: debates e as experiências dos NEDETs – Goiânia/ **Kelps**, 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA/ Secretária de Desenvolvimento Territorial – SDT. **Relatório de Balanço Programa NEDET**. Brasília, 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO / SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - MDA/SDT. **Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais** (Documentos Institucionais, 2), 2005, Brasília.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território do Sertão do São Francisco**. SDT/ MDA, 2011. Disponível em:< http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio083.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2016.

OLIVEIRA, C. D.; PERAFÁN, M. E.; CONTERATO, M. A. Percepção de atores sociais sobre gestão estratégica e gestão social no âmbito da Política de Desenvolvimento Territorial no Brasil. DRd – **Desenvolvimento Regional em debate**. Ano 3, n. 2, p. 154-175, jul./dez. 2013.

ORTEGA, A. C. Desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites e potencialidades dos Consads. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 45, n.2, p. 275-300, abr/jun, 2007.

PAULA, Josiane Souza de. Celso Furtado e as grandes questões do subdesenvolvimento brasileiro. X ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, Salvador, Set. 2014.

SANTOS et al., (b) Governança Territorial e Participação Social: Análise do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Baixo Amazonas – Pará. In: IX CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 2016, Brasília, **Anais...** Disponível em:<<https://consad.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Painel-21-02.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

SANTOS, et. al., O Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Baixo Amazonas – PA como subsídio para a articulação de políticas públicas e desenvolvimento rural sustentável. In: 7º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária-CBEU, 2016, Ouro Preto. **Anais...**Ouro Preto, ISBN: 978-85-93416-00-2, 2016.

_____. Governança Territorial e Participação Social: Análise do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Baixo Amazonas – Pará. In: IX CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 2016, Brasília, **Anais...** Disponível em:<<https://consad.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Painel-21-02.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

SAYAGO, D. Os Conselhos de Desenvolvimento Territorial: entre a participação e a representação. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 9-21, 2007.

SILVA, C. O. & BARROS, E. R. Política de Desenvolvimento Territorial: análise da atuação do Nedet no Território Piemonte Norte do Itapicuru – Semiárido Baiano. In: I Congresso Internacional da Diversidade do Semiárido. Campina Grande, 2016. **Anais...** Campina Grande, 2016. V. 1, 2016, ISSN 2526-186X

SILVA, F.M.F.M. et .al., Gestão Participativa do Colegiado Territorial Sertão São Francisco (Pernambuco) e sua Contribuição no Desenvolvimento Territorial Rural do Semiárido Pernambucano. **Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade** - Brasília, v. 3, n. 1, p. 71-84, dez. 2017. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/regis/issue/view/1813>.

SILVA, T. L.; SCHMITZ, J. A. K.; PICCIN, M. B. **Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade** - Brasília, v. 3, n. 1, p. 14-25, dez. 2017. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/regis/issue/view/1813>. Acesso em: 07 jan. 2018.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf> Acesso em: 07 jan. 2018.

TONET, Ricardo M. Algumas sugestões sobre o novo papel da Extensão rural frente ao desenvolvimento local sustentável. **Informações Econômicas**, SP, v. 38, n. 10, out, 2008.